

# Latas na mesa:

## o futuro do cinema na terra da loucura fiscal

por Leopoldo Nunes – presidente da ABD Brasil

Um amigo, o produtor Wagner Carvalho, foi convidado a dar aulas no departamento de jornalismo da ECA/USP no início dos anos 90. Na primeira aula um aluno lançou a tal pergunta: “Por que o cinema brasileiro é tão ruim?” Com a tranquilidade dos sábios, Wagner respondeu: “Pelo mesmo motivo que o jornal brasileiro é ruim, o carro brasileiro é ruim, o relógio feito no Brasil...” Se o cinema padece ou não do estigma, sei lá, mas é verdade que o raquitismo mental nos mete um complexo de inferioridade pré-Oswald e que se pode até perguntar: para que fazer cinema no Brasil?

Aliás, Oswald flertou nos anos 30 com o cinema, esse ofício menor, nunca visto como arte pela elite local, a despeito de Mário Peixoto e Humberto Mauro. Por trás do preconceito está um país com o imaginário do seu povo entregue à religião oficial norte-americana, ao custo de R\$ 3 bilhões por ano, incluindo receitas de TVs, salas, *home-video* e outras mídias.

### Participação miúda

Por trás da realização do filme nacional, existe a nefasta realidade das *majors*, a deitar e rolar neste país-continente que tão pouco cinema produz. Jack Valente anunciou recentemente que a indústria americana já detém 90% do mercado mundial, e sua meta é chegar a 100%. Cinema, para os americanos, é o primeiro Poder. Lá, ator vira presidente, e presidente torna-se presidente de companhias cinematográficas. O jogo é pesa-

do, já que o mercado brasileiro é um dos mais rentáveis fora dos Estados Unidos. Qualquer movimento em direção à implementação de uma verdadeira política para o cinema no Brasil é vista com suspeição, digna de ser abortada por meio de ameaças de boicote a certos itens que fazem parte da nossa balança comercial.

O mercado de cinema gera no país, apenas nas salas, um volume anual de negócios de R\$ 350 milhões, sendo que o cinema brasileiro participa desse “mercado” com a surpreendente cifra de 5%. Com essa participação, nem um filme de R\$ 1 milhão consegue se pagar. A questão é que o cinema brasileiro quer se emancipar economicamente, e essa emancipação trará tudo aquilo com que sonhamos: muitos títulos, mais salas, mais público, mais dinheiro e até novos pensadores de cinema, críticos que se entusiasmassem em pensar sobre o assunto de forma mais competente.

Para construirmos um cinema razoavelmente expressivo no país, faz-se necessária uma série de medidas, entre as quais taxar devidamente o produto estrangeiro – na entrada, por número de cópias e diferentes mídias, e na remessa de lucros –, incentivar a produção de filmes de baixo orçamento, incentivar o exibidor e o distribuidor para que eles possam fazer bons negócios com o filme brasileiro. À crítica ao protecionismo tupiniquim, lembro que os norte-americanos abrem apenas 3% do seu mercado ao produto estrangeiro (ao mundo todo). Neoliberalismo no rabo dos outros é ótimo.

### O fim da loucura fiscal

Chuva de pedras na cabeça do azarado cinema brasileiro no início de 2000 por causa da musa Norma e do líquido Fontes. Evidente maldade dos Civita, com raízes mais profundas que a luz tropical. Crime às vezes é com a justiça, e por enquanto ninguém foi condenado. Entre equívocos do governo e da imprensa no jogo besta de poder, paira uma cifra de R\$ 330 milhões que o governo diz ter investido na realização de filmes – 112, desde 94. Uma política para o setor traria imediato saldo positivo para a sociedade, que talvez passasse a se reconhecer no cinema brasileiro, e não no outro.

Imaginemos a TV brasileira firmando parcerias com produtores independentes para a produção de séries, telefilmes, documentários etc. Imaginemos, ainda, se daquele montante anunciado pelo governo tivesse surgido um programa para filmes de baixo orçamento, somado a outro de longas metragens para estreantes. Com menos recursos, mais realizadores teriam tido acesso ao filme, num processo mais sério e democrático. Se a imprensa mete o pau, o governo é omissivo na gestão de uma política para o cinema. Meter o produtor nessa gira do mercado financeiro, sem a menor condição de competição com o filme estrangeiro, é sacanagem.

Se o cinema é importante para o país enquanto cultura e economia, o governo tem que exercer o seu papel, enfrentando corporações, interesses internacionais, monopólios nacionais, além de olhar para as centenas de

juvens que anualmente se habilitam para ingressar nesse mercado de trabalho. Não haverá cinema sem lei e sem política, e, se restam três anos a este governo, é hora de encarar o problema de frente, pois o modelo da loucura fiscal já chegou ao fim. Não é possível o cinema sem a TV, sem as salas e sem o *home-video*, setores que pertencem a cidadãos brasileiros, mas que parecem estrangeiros.

Se este governo ainda não conseguiu criar uma política para o setor cinematográfico, a criação da Comissão Nacional de Cinema proporcionou aos diferentes segmentos do setor um fórum permanente para se criar essa política, em que as diferenças são obrigadas a estar na mesma mesa, sob uma agenda rígida de um órgão governamental. Os principais fatos que podem mudar definitivamente os rumos dessa história são a entrada dos multiplex no ramo de exploração das salas de exibição e a abertura das emissoras de televisão para a participação do capital externo.

## O capital estrangeiro chega à TV

Esses dois setores, historicamente corporativos, fechados a qualquer tipo de interferência, com fortes bancadas no Congresso Nacional, estão sentindo na pele o câncer que acomete o cinema desde o início do século. Como é que podem proclamar que o cinema nacional não sobrevive sem o amparo estatal, se 95% do cinema consumido no país é norte-americano? Que outra maneira há de inscrever uma cinematografia, se não podemos exibir nosso cinema em nosso próprio país? O que seria da imprensa brasileira se ela não fosse 100% protegida?

Até há pouco garantidos, os setores de TV e salas de cinema assistem em pânico aos reflexos da abertura ao capital estrangeiro.

Acenam agora, na CNC, para um diálogo com o cinema brasileiro. No caso das emissoras, para mostrar maior compromisso com a cultura e com a sociedade, para exorcizar a aura prepotente e onipotente que as caracteriza.

## Trama kafkiana

No caso dos exibidores, a aterrissagem das franquias de multiplex denunciou o descaso desse empresário para com o seu serviço. Em contraste com as modernas salas padronizadas, que cheiram a carpete novo e manteiga derretida nos imensos sacos de pipoca, o circuito nacional cai pelas tabelas, fedendo a mofo e exibindo meia hora de propagandas em vídeo. O exibidor brasileiro não investiu em seu próprio negócio e sempre nos proporcionou uma exibição da pior qualidade.

Ambos os setores rechaçaram o cinema brasileiro nas últimas décadas, mas agora estão lá, na CNC, para negociar um pacto com o cinema brasileiro. Esse pacto nada mais é do que um compromisso em que se levam em conta as necessidades específicas para o desenvolvimento de cada setor.

No caso da ABD, temos buscado na CNC garantir o acesso dos novos realizadores aos recursos disponíveis para a atividade. Ao custo de um *Chatô*, podemos garantir a realização de uma centena de filmes, entre curtas, documentários e longas-metragens para estreantes. Como produtos culturais, esses filmes deverão ser viabilizados com recursos do Fundo Nacional de Cultura, a fundo perdido, sem a trama kafkiana dos mercados de títulos e valores.

## Latas sobre a mesa

Em outra frente, estamos em vias de conseguir a isonomia para o documentário e

o curta-metragem na Lei Rouanet, de 100%, como as outras áreas. Nessa luta, o segundo passo é conseguir que as TVs educativas terceirizem e parceirizem 75% da sua produção, já que essas emissoras se servem dos benefícios da mesma lei e concorrem de maneira desleal com o realizador independente.

Outra novidade é o parecer obtido pela deputada Ester Grossi, da assessoria jurídica da Câmara Federal, que atesta, com todas as letras, que a lei de obrigatoriedade de exibição do curta-metragem antes do longa estrangeiro está em pleno vigor. Estamos pressionando o governo para o imediato cumprimento da lei, o que pode ocasionar a criação de um novo modelo para exibição e distribuição de curtas. Quero destacar, nessa luta pela volta da lei do curta, o empenho do cineasta Manfredo Caldas, da ABD-DF, e do cineasta Sérgio Santeiro, ex-presidente da ABD Nacional, os quais, nas andanças pelos corredores do Congresso, arrancaram o veredicto de que tanto precisávamos para exercer nossos papéis de produtores culturais.

Uma força muito grande se mobiliza por meio da ABD e da produção dos filmes. O Convênio Nacional ABD é uma realidade, que contribuirá na realização de mais de uma centena de filmes apenas neste ano. Vamos colocar as latas sobre a mesa do órgão competente e exigir um destino digno para essa produção. Se já temos a lei, falta-nos apenas a política.

Quem sabe, com os curtas na tela, os novos alunos de jornalismo não mudem sua impressão sobre si próprios? Quem nasce jogando videogame, é educado pela TV e cresce no cinema do *shopping* pode tornar-se um homem ou um replicante. O governo tem toda a responsabilidade a respeito, e nós, cineastas, temos a oportunidade de colocar nas telas a identidade de uma nova geração de brasileiros.